Cuiabá-MT, 14 e 15 de dezembro de 2014

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

14/01/2014 - Anderson Acendino Assessoria SES/MT

MS lança campanha nacional de combate à hanseníase

(foto: Arquivo SES/MT)

Dia 26 de janeiro é o Dia Mundial de Combate a Hanseníase. A Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso (SES/MT), seguindo orientações do Ministério da Saúde (MS) para a aplicação do Programa Estadual de Combate a Hanseníase, desenvolve ações contínuas de combate, controle e enfrentamento da doença, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, Igrejas e Sociedade Civil Organizada em todas as regiões do Estado.

Para esta data, estão programadas diversas atividades em alusão a data, como palestras, debates e mobilização social com objetivo de levar à população e aos profissionais de saúde, informações relevantes sobre a doença e as medidas de prevenção, como orientações gerais sobre os principais sintomas, sinais e formas de prevenção, controle e tratamento da hanseníase.

"Como incentivo à busca e ao tratamento de novos casos a SES irá investir cerca de 2 milhões no plano desenvolvido pela SES/MT para os 141 municípios do Estado, com apoio do Ministério da Saúde para melhorar e qualificar a busca de contatos de casos de hanseníase, visando reduzir a transmissão de novos casos. Quanto maior a divulgação da hanseníase, maiores são as chances de detecção de casos novos, tratamento e consequentemente a cura do paciente", informou o coordenador da Vigilância Epidemiológica Sandro Luiz Netto.

Sandro Netto destaca ainda um fato importante com relação a Hanseníase, que segundo ela, tão importante quanto a realização de exames nos pacientes diagnosticados ou suspeitos é também da realização de exames nos familiares, amigos e pessoas próximas ao paciente para uma possível detecção de um novo caso da doença. Muitas vezes, isso passa despercebido. "Na batalha contra a hanseníase, Mato Grosso vem investindo na busca de novos casos e no tratamento oportuno em especial atenção para as comunidades que vivem em condições precárias", salientou o coordenador.

Dados parciais mostram que, atualmente 3.181 pessoas estão em tratamento de hanseníase em Mato Grosso. No ano de 2013 em Mato Grosso, foram registrados 2.479 casos novos, sendo 163 caos em menores de 15 anos. Em 2012 foram registrados 2.110 casos novos da doença, com índice de cura de 82%. Já no ano de 2011 foram notificados 2.656 casos novos. "Por isso a necessidade dessas ações de sensibilização e conscientização da população para o acompanhamento e tratamento de todos os casos. A hanseníase tem cura, e não é hereditária e o diagnóstico precoce evita a instalação de futuras incapacidade física e deformidades dos pacientes que são responsáveis pelo preconceito e estigma da doença", declarou Netto.

Para descobrir todos os casos existentes, o Estado trabalha em parceria com os municípios, visto que é na atenção básica que se busca a detecção e cura. Conforme o Coordenador, uma das ações da atenção básica tem sido a realização exame de dos contatos intradomiciliares, ou seja, avaliação das pessoas que residam na mesma casa onde já há um caso da doença. Neste caso, é aplicada a vacina BCG que melhora a imunidade da pessoa, embora não evite que ela contraía a doença. O Estado também vem concentrado todos os esforços para melhorar o exame de contato. Atualmente, 100% das cidades mato-grossenses desenvolvem as ações de prevenção da hanseníase, sendo que 77% das unidades de saúde do Estado contam com programas de controle da doença. A Saúde também tem investido na supervisão, capacitação de profissionais e em campanhas de comunicação educação. O tratamento da hanseníase é gratuito e tem uma duração de seis a doze meses. "Sete dias após o início do tratamento, a pessoa não transmite mais a doença, porém é necessário que se concretize o tratamento para se obter a cura", explicou Sandro Netto.

O QUE É: A hanseníase é uma doença causada por um bacilo, o Mycobacterium leprae, É transmitida pelo ar, pelas gotículas de saliva. O bacilo é eliminado pelo aparelho respiratório da pessoa doente na forma de aerossol durante o ato de falar, espirrar ou tossir. Por isso é importante examinar todas as pessoas que moram ou convivem com a pessoa doente. Após iniciado o tratamento a pessoa não transmite mais a doença. Alguns fatores, como o uso de água tratada, prática de saneamento básico, condições habitacionais confortáveis, podem diminuir a ocorrência da doença.

Fonte: www.midianews.com.br

JUDICIÁRIO / FARRA COM DINHEIRO PÚBLICO

14.01.2014 | 08h15 - Atualizado em 14.01.2014 | 07h50

Tamanho do texto A- A+

CGU diz que Ministério da Saúde fez pagamento milionário indevido

Auditoria vê gasto de R$ 2 milhões a mais em aluguel e serviço não feito.

Divulgação

Clique para ampliar

do g1

O mais recente Relatório de Auditoria Anual de Contas da Controladoria-Geral da União (CGU) aponta pagamentos indevidos e falhas de controle interno do Ministério da Saúde na 12ª Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças, feira institucional realizada entre 16 e 19 de outubro de 2012, em Brasília.

O relatório, de 326 páginas, detectou pagamentos de R$ 2 milhões por serviços não prestados – executados em quantidade inferior à estabelecida em contrato

(R$ 1,4 milhão) – e por valor de aluguel superior a contratos semelhantes com outros ministérios (R$ 636 mil). No mesmo relatório, a CGU já havia apontado que 62% das unidades do Sistema Móvel de Atendimento de Urgência (Samu) não prestaram contas dos serviços prestados, conforme revelou o Jornal Nacional de 7 de janeiro.

Após concluir a fiscalização das despesas com a feira, a CGU encontrou falhas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do ministério como causa do pagamento a mais e recomendou a instauração de um processo administrativo para ressarcimento dos valores. Além disso, o órgão enviou a documentação ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento e eventuais punições.

Sobre os serviços não prestados, no valor de R$ 1,4 milhão, o Ministério da Saúde já havia admitido à CGU "corresponsabilidade" e, em nota à TV Globo enviada na segunda-feira (13), afirmou que já recebeu ressarcimento de parte dos gastos e pediu instauração de um processo para apurar responsabilidades e identificar o prejuízo real a ser cobrado pelo ministério. Sobre o aluguel, a nota diz que a contratação atendeu a todos os aspectos legais, sem gerar despesa "antieconômica", como apontou a CGU (leia mais sobre a versão do ministério ao final desta reportagem).
Painéis da exposição “No Fio da História: A Construção da Vigilância em Saúde no Brasil”, realizada pelo Ministério da Saúde em 2012 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Painéis da exposição 'No fio da história: A construção da vigilância em saúde no Brasil', feita pelo Ministério da Saúde em 2012, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília
Serviços não prestados
O contrato para a feira de saúde foi fechado com a FJ Produções Ltda. (atual GV2 Produções S/A), responsável pela montagem da estrutura. Em um parecer detalhado e com fotos, a CGU afirma que a empresa recebeu R$ 596 mil para montar um estande especial de 400 metros quadrados sobre a história da vigilância em saúde.

No lugar de um estande, informa o relatório, a empresa montou 90 painéis, que, segundo a auditoria, custariam R$ 40,5 mil. "Dessa forma, foi realizado

pagamento a mais no montante de R$ 555,5 mil", diz o documento.

Em outro trecho, a CGU afirma que o ministério pagou por um estande de 104 mil metros quadrados, mas a estrutura montada tinha 71,5 metros quadrados, como mostram fotos e explicações dos fiscais.

"A área carpetada vermelha externa ao estande foi cobrada como se fosse estande", afirma o relatório. Em outra foto, os fiscais indicam que a área sequer foi montada. Segundo a CGU, houve falhas no controle da Coordenadoria do Núcleo de Eventos do ministério.
"Área carpetada vermelha externa ao estande foi cobrada como se estande fosse", diz o relatório da CGU (Foto: Reprodução / relatório CGU)'Área carpetada vermelha externa ao estande foi cobrada como se fosse estande', diz o relatório da CGU (Foto: Reprodução/relatório CGU)

Aluguel
Para realizar a feira, o Ministério da Saúde desembolsou, de acordo com o relatório, quase o dobro do valor pago por outros ministérios pela locação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no Centro de Brasília, próximo à Esplanada dos Ministérios.

A auditoria diz que a empresa já tinha alugado o mesmo espaço pelo mesmo período (seis dias) por R$ 495,6 mil – o Ministério da Saúde pagou R$ 1,1 milhão. O relatório afirma, ainda, que a locação mais barata feita por outros ministérios dispensou licitação, porque o contrato foi feito diretamente com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, e não com uma empresa.

Segundo a CGU, o procedimento tem sido usado pelos ministérios das Cidades, da Educação (MEC), do Trabalho e Desenvolvimento Agrário. Isso porque o centro de convenções é o único lugar de Brasília com capacidade para mais de 3 mil pessoas e, por esse motivo, segundo a CGU, a dispensa de licitação é recomendada "por inviabilidade de competição". Se o Ministério da Saúde tivesse seguido esse modelo de contratação, "teria havido uma economia de R$ 636 mil", constata a auditoria.

Ministério da Saúde
A assessoria do Ministério da Saúde informou por meio de nota que a contratação da empresa FJ Produções Ltda. (atual GV2 Produções S/A) para o aluguel do centro de convenções atendeu aos requisitos legais e não gerou "despesas antieconômicas", conforme apontou a CGU.

Sobre os serviços não prestados, a nota diz que o ministério "obteve o ressarcimento de R$ 256 mil referentes aos serviços de hospedagem, gráfica e telas para projeção em julho de 2013", e que encaminhou à corregedoria da pasta um "pedido para a instauração de processo para apurar responsabilidades e o real prejuízo à União – que será devidamente cobrado pelo Ministério".

Leia abaixo a íntegra de nota divulgada pela assessoria do Ministério da Saúde:

NOTA

O Ministério da Saúde esclarece que a contratação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães para a realização da 12ª Expoepi/2012 pela empresa FJ Produções atendeu a todos os aspectos legais, sem gerar despesa "antieconômica", conforme cita o relatório da CGU. A empresa, contratada desde 2011 pelo Ministério da Saúde, é responsável pela seleção dos estabelecimentos que são utilizados para a realização de eventos da pasta. Para ser contratado, o local deve atender aos itens solicitados pelo Ministério para cada evento – entre eles acomodações, infraestrutura, espaço físico e material de consumo – e os custos devem estar de acordo com os preços praticados no mercado. Cabe destacar que a Expoepi é realizada anualmente pelo Ministério da Saúde e reúne pesquisadores, profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), gestores e estudantes para discutir ações e experiências em vigilância para o enfrentamento de doenças como dengue, malária, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids). A edição de 2012 reuniu mais de 3 mil participantes em Brasília, durante quatro dias (16 a 19 de outubro).

Em relação ao prejuízo potencial de R$ 1,4 milhão apontado pela CGU relativo à

contratação de serviços para o evento, o Ministério da Saúde informa que obteve o ressarcimento de R$ 256 mil referentes aos serviços de hospedagem, gráfica e telas para projeção em julho de 2013. Ainda em 2013, o Ministério da Saúde encaminhou à corregedoria da pasta pedido para a instauração de processo para apurar responsabilidades e o real prejuízo à União – que será devidamente cobrado pelo Ministério.

COTIDIANO / EM RONDONÓPOLIS

14.01.2014 | 17h00 - Atualizado em 14.01.2014 | 16h57

Tamanho do texto A- A+

Secretaria Municipal de Saúde já definiu programação

Todos esses serviços serão realizados, conjuntamente, pelos departamentos de Ações Programáticas e Atenção à Saúde

Prefeitura Municipal de Rondonópolis

No período de 15 a 17 deste mês, a Secretaria Municipal de Saúde estará participando do projeto de Secretarias Itinerantes – Acampamento, que acontece junto ao PSF Cidade Deus, e que tem como meta atender 24 bairros daquela região, num total de aproximado de 36 mil pessoas.

Os procedimentos e atividades definidos pela secretária Marildes Ferreira e sua equipe, com atendimento contínuo das 07hs às 20hs, englobarão coleta de preventivo do colo do útero; testes rápidos de HIV e sífilis; atualização de calendário vacinal (crianças e adultos) também nos PSFs Margarida e Parque das Rosas e Vila Paulista; consultas médicas (dois médicos no período diurno e dois no período noturno); enfermeiros; confecção do Cartão SUS; atendimento odontológico; verificação de Índice de Massa Corporal (IMC); cadastro tabagismo/etilismo (CAPS); cadastro e acompanhamento do Programa Bolsa

Família; verificação de glicemia capilar de grupos de risco, para diagnóstico de casos suspeitos de diabetes; exames de pele, para diagnóstico de casos suspeitos de hanseníase; busca de sintomáticos respiratórios, para diagnóstico suspeito de tuberculose; informações e orientações sobre serviços prestados pelo Centro Especializado em Reabilitação Nilmo Júnior; informações relacionadas ao Banco de Leite; além de procedimentos variados (curativos, inalações, retirada de pontos, sutura) e palestras voltadas à melhoria na qualidade de vida. Todos esses serviços serão realizados, conjuntamente, pelos departamentos de Ações Programáticas e Atenção à Saúde.

Paralelamente, equipe da Vigilância Sanitária irá efetuar vistoria em açougues, mercados e supermercados, padarias e também prestar informações sobre os cuidados com a água servida. Quanto à Vigilância Ambiental, dos 19 mil imóveis existentes na área de abrangência do projeto cerca de 9,5 mil imóveis serão inspecionados por equipes de combate à dengue, por serem consideradas áreas descobertas e com registro de maiores índices de infestação predial pelo mosquito Aedes aegypti – transmissor da doença. Igualmente, uma equipe de veterinários irá efetuar coleta de sangue canino para diagnóstico de Leishmaniose e também uma equipe de Educação em Saúde estará ministrando palestras sobre vetores e outras informações a respeito.

“O objetivo visualizado pelo prefeito Percival Muniz é o de aproximar as Secretarias da população, no sentido de identificar suas necessidades e dar resolutividade a elas, ao mesmo tempo prestar informações e serviços agilizados. A Secretaria Municipal de Saúde, dentro deste contexto, estará participando ativamente da programação, procurando promover atendimentos que contribuam para a melhoria da saúde da população”, pontuou a Secretária Marildes Ferreira.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / CIÊNCIA & SAÚDE

14.01.2014 | 20h45 - Atualizado em 14.01.2014 | 17h03

Tamanho do texto A- A+

Estudo vincula nascimento prematuro a bactérias

Ruptura prematura de bolsa de fluido pode ser causada pela presença de bactérias

DO BBC BRASIL

Uma das causas mais comuns de partos prematuros - a ruptura, cedo demais, da bolsa de fluido que envolve o bebê dentro do útero - pode estar associada à presença de certas bactérias, segundo um estudo americano.

A descoberta pode resultar em testes para identificar a presença de bactérias e tratamentos para mulheres sob risco de entrar em trabalho de parto prematuramente, informou a equipe responsável pelo trabalho.

Gel de glicose ajuda a proteger prematuros de danos no cérebro
Líquido amniótico pode ajudar a curar doença que afeta prematuros
Estudo vê queda de partos prematuros após leis antifumo

Os pesquisadores trabalham com a hipótese de que as bactérias identificadas produziriam um afinamento das membranas que envolvem o bebê no útero, levando à sua ruptura.

E essa ruptura, que na linguagem popular é chamada de "estouro da bolsa d'água", responde por quase um terço de todos os partos prematuros.

O estudo, por pesquisadores da Duke University School of Medicine em Durham, no Estado americano da Carolina do Norte, foi publicado na revista científica PLoS One.

Tratamento

Normalmente, as membranas que compõem a bolsa que envolve o bebê, ou bolsa amniótica, se rompem no início do parto.

Se elas se partem cedo, antes do início das contrações, isso pode - embora nem sempre aconteça - levar a um parto prematuro.

A equipe americana encontrou grandes quantidades de bactérias no ponto onde as membranas se rompem.

Se for constatado que as bactérias são a causa - e não a consequência - da ruptura da membrana, talvez seja possível desenvolver-se novos tratamentos ou criar-se práticas de monitoramento de mulheres sob risco - os especialistas explicaram.

"Por exemplo, se acharmos que certas bactérias estão associadas à ruptura prematura das membranas, podemos fazer testes para identificar sua presença já no início da gravidez", disse Amy Murtha, autora do estudo.

"Talvez então possamos ser capazes de tratar as mulheres afetadas com antibióticos".

"Nosso estudo ainda está muito longe disso, mas nos dá oportunidades de explorar intervenções terapêuticas direcionadas, algo que nos falta na obstetrícia".

Os pesquisadores examinaram amostras de membranas retiradas de 48 mulheres que tinham acabado de parir, entre elas, mulheres que tinham sofrido rupturas prematuras da bolsa amniótica, mulheres que haviam tido partos prematuros por outras razões e também mulheres que haviam completado os nove meses de gestação.

Eles verificaram que havia bactérias presentes em todas as amostras, mas

quanto mais bactérias presentes, mais finas as membranas, especialmente nas mulheres que tinham tido partos prematuros em decorrência da ruptura da bolsa d'água.

Comentando o estudo, o médico Patrick O'Brien, do Royal College of Obstetricians and Gynaecologists, disse que já se sabia há algum tempo que infecções bacterianas eram responsáveis por rupturas prematuras da bolsa amniótica em algumas mulheres.

"Agora, o que realmente precisamos é entender em detalhes o mecanismo pelo qual bactérias provocam a ruptura da bolsa".

Duncan Wilbur, porta-voz da ONG britânica de suporte para bebês prematuros Bliss, acrescentou: "Damos boas vindas a qualquer estudo que nos ajude a compreender melhor as causas de partos prematuros e a identificar as mulheres sob maior risco".

"As conclusões desse estudo são muito interessantes e mais pesquisas precisam ser feitas para encontrar tratamentos que ajudem a prevenir partos prematuros".

Fonte: www.midianews.com.br

BRASIL / PESQUISA

15.01.2014 | 13h45 - Atualizado em 15.01.2014 | 11h25

Tamanho do texto A- A+

Brasil é o 5º em mortes por álcool entre países da América

Estudo foi realizado por organismos internacionais de saúde, como a OMS

Reprodução

Clique para ampliar

DO G1

O álcool é a causa de aproximadamente 80 mil mortes por ano no continente americano e o Brasil é o quinto país com maior número de óbitos ligados ao consumo de bebidas, aponta estudo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os dados foram publicados nesta terça-feira (14) na edição on-line da revista científica “Addiction”.

O estudo analisou todas as mortes ligadas ao álcool entre 2007 e 2009 em 16 países da América do Norte e da América Latina. Eles afirmam que o uso da substância provocou uma média anual de 79.456 mortes que poderiam ter sido evitadas se não houvesse consumo de álcool.

Na maioria dos países, as doenças hepáticas foram a principal causa dessas mortes, seguidas de transtornos neuropsiquiátricos. Segundo os autores, a pesquisa só mostra “a ponta do iceberg de um problema maior”.

As taxas de mortalidade por consumo de álcool variam entre os países: as mais altas são as de El Salvador (uma média de 27,4 em 100 mil mortes por ano), Guatemala (22,3) e Nicarágua (21,3), México (17,8) e, em quinto lugar, do Brasil (12,2 para 100 mil mortes por ano).

Os índices se distanciam dos registrados na Colômbia (1,8), Argentina (4,0),

Venezuela (5,5), Equador (5,9), Costa Rica (5,8), e Canadá (5.7). Em todos os países estudados, 84% dos mortos que tiveram relação com álcool eram homens.

Por idade, as taxas mais altas de mortalidade por consumo de álcool foi registrada no grupo de pessoas entre 50-69 anos na Argentina, Canadá, Costa Rica, Cuba, Paraguai e Estados Unidos. No Brasil, no Equador e na Venezuela, as maiores taxas de mortalidade por álcool foram entre pessoas com idade entre 40 e 49 anos.

Já o México registrou um padrão diferente. O risco de morte por ingestão de álcool aumenta ao longo da vida e alcança seu máximo depois dos 70 anos.

Segundo os autores do estudo, as mortes ligadas ao consumo de álcool podem ser prevenidas através de políticas e intervenções que reduzem a ingestão de bebidas, incluindo restrições à disponibilidade de produtos, aumento de preços e controle no mercado e na publicidade.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Política BR

14/01/2014 - 08:23

CGU diz que Ministério da Saúde fez pagamento milionário indevido

G1

O mais recente Relatório de Auditoria Anual de Contas da Controladoria-Geral da União (CGU) aponta pagamentos indevidos e falhas de controle interno do Ministério da Saúde na 12ª Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças, feira institucional realizada entre 16 e 19 de outubro de 2012, em Brasília.

O relatório, de 326 páginas, detectou pagamentos de R$ 2 milhões por serviços não prestados – executados em quantidade inferior à estabelecida em contrato (R$ 1,4 milhão) – e por valor de aluguel superior a contratos semelhantes com outros ministérios (R$ 636 mil). No mesmo relatório, a CGU já havia apontado que 62% das unidades do Sistema Móvel de Atendimento de Urgência (Samu) não prestaram contas dos serviços prestados, conforme revelou o Jornal Nacional de 7 de janeiro.

Após concluir a fiscalização das despesas com a feira, a CGU encontrou falhas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do ministério como causa do pagamento a mais e recomendou a instauração de um processo administrativo para ressarcimento dos valores. Além disso, o órgão enviou a documentação ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento e eventuais punições.

Sobre os serviços não prestados, no valor de R$ 1,4 milhão, o Ministério da Saúde já havia admitido à CGU "corresponsabilidade" e, em nota à TV Globo enviada na segunda-feira (13), afirmou que já recebeu ressarcimento de parte dos gastos e pediu instauração de um processo para apurar responsabilidades e identificar o prejuízo real a ser cobrado pelo ministério. Sobre o aluguel, a nota diz que a contratação atendeu a todos os aspectos legais, sem gerar despesa "antieconômica", como apontou a CGU (leia mais sobre a versão do ministério ao final desta reportagem).

Serviços não prestados

O contrato para a feira de saúde foi fechado com a FJ Produções Ltda. (atual GV2 Produções S/A), responsável pela montagem da estrutura. Em um parecer detalhado e com fotos, a CGU afirma que a empresa recebeu R$ 596 mil para montar um estande especial de 400 metros quadrados sobre a história da vigilância em saúde.

No lugar de um estande, informa o relatório, a empresa montou 90 painéis, que, segundo a auditoria, custariam R$ 40,5 mil. "Dessa forma, foi realizado pagamento a mais no montante de R$ 555,5 mil", diz o documento.

Em outro trecho, a CGU afirma que o ministério pagou por um estande de 104 mil metros quadrados, mas a estrutura montada tinha 71,5 metros quadrados, como mostram fotos e explicações dos fiscais.

"A área carpetada vermelha externa ao estande foi cobrada como se fosse estande", afirma o relatório. Em outra foto, os fiscais indicam que a área sequer foi montada. Segundo a CGU, houve falhas no controle da Coordenadoria do Núcleo de Eventos do ministério.

Aluguel

Para realizar a feira, o Ministério da Saúde desembolsou, de acordo com o relatório, quase o dobro do valor pago por outros ministérios pela locação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no Centro de Brasília, próximo à Esplanada dos Ministérios.

A auditoria diz que a empresa já tinha alugado o mesmo espaço pelo mesmo período (seis dias) por R$ 495,6 mil – o Ministério da Saúde pagou R$ 1,1 milhão. O relatório afirma, ainda, que a locação mais barata feita por outros ministérios dispensou licitação, porque o contrato foi feito diretamente com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, e não com uma empresa.

Segundo a CGU, o procedimento tem sido usado pelos ministérios das Cidades, da Educação (MEC), do Trabalho e Desenvolvimento Agrário. Isso porque o centro de convenções é o único lugar de Brasília com capacidade para mais de 3 mil pessoas e, por esse motivo, segundo a CGU, a dispensa de licitação é recomendada "por inviabilidade de competição". Se o Ministério da Saúde tivesse seguido esse modelo de contratação, "teria havido uma economia de R$ 636 mil", constata a auditoria.

Ministério da Saúde

A assessoria do Ministério da Saúde informou por meio de nota que a contratação da empresa FJ Produções Ltda. (atual GV2 Produções S/A) para o aluguel do centro de convenções atendeu aos requisitos legais e não gerou "despesas antieconômicas", conforme apontou a CGU.

Sobre os serviços não prestados, a nota diz que o ministério "obteve o ressarcimento de R$ 256 mil referentes aos serviços de hospedagem, gráfica e telas para projeção em julho de 2013", e que encaminhou à corregedoria da pasta um "pedido para a instauração de processo para apurar responsabilidades e o real prejuízo à União – que será devidamente cobrado pelo Ministério".

Leia abaixo a íntegra de nota divulgada pela assessoria do Ministério da Saúde:

NOTA

O Ministério da Saúde esclarece que a contratação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães para a realização da 12ª Expoepi/2012 pela empresa FJ Produções atendeu a todos os aspectos legais, sem gerar despesa "antieconômica", conforme cita o relatório da CGU. A empresa, contratada desde 2011 pelo Ministério da Saúde, é responsável pela seleção dos estabelecimentos que são utilizados para a realização de eventos da pasta. Para ser contratado, o local deve atender aos itens solicitados pelo Ministério para cada evento – entre eles acomodações, infraestrutura, espaço físico e material de consumo –

e os custos devem estar de acordo com os preços praticados no mercado. Cabe destacar que a Expoepi é realizada anualmente pelo Ministério da Saúde e reúne pesquisadores, profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), gestores e estudantes para discutir ações e experiências em vigilância para o enfrentamento de doenças como dengue, malária, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids). A edição de 2012 reuniu mais de 3 mil participantes em Brasília, durante quatro dias (16 a 19 de outubro).

Em relação ao prejuízo potencial de R$ 1,4 milhão apontado pela CGU relativo à contratação de serviços para o evento, o Ministério da Saúde informa que obteve o ressarcimento de R$ 256 mil referentes aos serviços de hospedagem, gráfica e telas para projeção em julho de 2013. Ainda em 2013, o Ministério da Saúde encaminhou à corregedoria da pasta pedido para a instauração de processo para apurar responsabilidades e o real prejuízo à União – que será devidamente cobrado pelo Ministério.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Ciência & Saúde

Enviar para amigo Imprimir A A A

14/01/2014 - 19:11

Saúde lança campanha para diagnóstico precoce da hanseníase

Agência Brasil

O Ministério da Saúde lançou hoje (14) campanha educativa de combate à hanseníase. Com o slogan "Hanseníase Tem Cura", a campanha orienta profissionais de saúde na identificação dos sinais e sintomas visando o diagnóstico precoce da doença.

De acordo com a pasta, as ações serão concentradas em todas as capitais e em cidades com mais de 100 mil habitantes localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

além da Baixada Fluminense, das regiões metropolitanas de São Paulo e de Belo Horizonte e do norte de Minas Gerais. As áreas são consideradas prioritárias por concentrarem a maioria dos casos de hanseníase no país.

Serão divulgados materiais como cartazes, gravações de rádio, outdoors e campanhas na internet para a população em geral e um e-mail informativo para profissionais de saúde.

Em Brasília, uma carreta da Fundação Novartis ficará estacionada, até sexta-feira (17), na Rodoviária do Plano Piloto. Lá, profissionais farão o diagnóstico da doença e orientarão a população sobre os sintomas. Também serão desenvolvidas atividades em duas estações de trem geridas pela Fundação Vale, nos estados do Pará e no Maranhão.

Balanço divulgado pelo governo indica que três estados registram as maiores incidências de hanseníase do país, com coeficiente de prevalência acima de três casos para cada 10 mil habitantes – Mato Grosso (7,69), Tocantins (5,54) e Maranhão (5,22). Rio Grande do Sul (0,12), Santa Catarina (0,29) e São Paulo (0,34) apresentam as menores taxas de prevalência da doença.

Em dezembro do ano passado, o embaixador especial da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Eliminação da Hanseníase, Yohei Sasakawa, lamentou o fato de o Brasil ainda não ter atingido o patamar estabelecido pelo organismo para erradicação da doença, que é menos de um caso para cada 10 mil habitantes. Ao lembrar os avanços da ciência, que garantiram tratamento e cura, ele enfatizou que é preciso intensificar os esforços para atacar a hanseníase, marcada pela discriminação e pelo estigma.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Terça, 14 de janeiro de 2014, 18h37

Tamanho do texto A- A+

PROTESTO
Sem pagamento, médicos de Colíder se recusam a fazer cirurgias
Salário está atrasado há quatro médicos e categoria só atende s pacientes com fraturas, retorno de cirurgias, engessamentos e outros atendimentos

ELIANA BESS

Reclamando por estarem sem receber há quatro meses, os médicos do Hospital Regional de Colíder resolveram "dar uma pausa" nas cirurgias eletivas. Nesta terça-feira (14), os profissionais atenderam normalmente os pacientes com fraturas, retorno de cirurgias, engessamentos e outros atendimentos. Só não fizeram as cirurgias que estavam marcadas, como forma de protestar contra o atraso no pagamento.

"Até agora só foram pagos 50% do salário de setembro. Hoje fomos informados de que será paga a metade restante de setembro e 64% do pagamento de outubro. A situação é inviável, pois muitos médicos são de fora; e se está complicado para os profissionais que são daqui, imagina para os que não são", afirmou um profissional, que pediu para não ser identificado.

O hospital de Colíder é administrado pelo Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas), uma Organização Social de Saúde (OSS) contratada pelo Governo do Estado. A unidade realiza atendimentos de média e alta complexidades de pacientes de 11 municípios da região. Em tese, o Ipas recebe do Governo do Estado periodicamente o repasse em dinheiro para pagar o salário dos médicos, funcionários e custear as despesas do hospital.

Edson Rodrigues/Secom-MT

Sem pagamento, médicos de Colíder se recusam a fazer cirurgias

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, afirma que os

repasses "estão rigorosamente em dia e que a informação da falta de pagamento não procede".

Segundo a secretaria, na quinta-feira (08) foi liberado o repasse referente ao mês de dezembro, que teria entrado na conta na segunda-feira (13). Informa ainda que no ano passado o secretário de Estado Jorge Lafetá visitou o hospital que enfrentava problemas como falta de estrutura. Desde então, foi criada uma Comissão de Fiscalização formada por servidores de carreira para acompanhar o caso. Em relação ao pagamento dos salários dos médicos, afirmou ser de total responsabilidade da OSS.

IPAS EM MT

Um dos administradores do Ipas, Sidney Rugeri, responsável pelo Hospital Metropolitano de Várzea Grande, informou que o Ipas tem três unidades distintas em Mato Grosso - e que cada uma tem suas peculiaridades. Segundo Rugeri, o Hospital Regional de Colíder vem enfrentando problemas há algum tempo por ser um hospital de portas abertas, ou seja, atende todos os tipos de paciente. Por causa disso, diz, o custo do hospital seria maior do que o contrato pago pelo Estado.

"É um hospital do Estado, o Ipas só administra. O Estado tem que rever esses custos. Por isso, desde o final do ano passado estão estudando um ajuste no contrato, para suprir a demanda".

Os repasses recebidos são distribuídos para viabilização dos serviços prestados. Ao que parece, o administrador está "se virando" para saldar a demanda e, com isso, sacrificando o pagamento dos médicos.

Sidney confirmou que o Estado repassou valores, mas não soube informar se são integrais e se realmente correspondem ao mês de dezembro.

Para a equipe médica, incluindo anestesistas, fica a dúvida de quando terão liquidados os valores em atraso. "Se realmente entrou agora o repasse do mês de dezembro e estão quitando setembro e parte de outubro, ao que parece vamos estar sempre recebendo atrado", concluiu o profissional ouvido pela reportagem.

O diretor-geral do hospital de Colíder, Evandro Tavares, não foi localizado para falar sobre o assunto.